

A (in) estabilidade dos usos do corpo: sobre as práticas de prevenção em saúde e segurança do trabalho no contexto de uma companhia geradora de energia elétrica no nordeste brasileiro*

*(In) the body uses of stability: on prevention practices
in health and work safety in the context of a company
generating electricity in the Brazilian northeast*

*La (in) estabilidad de los usos del cuerpo:
sobre las prácticas de prevención en salud y seguridad
en el trabajo en el contexto de una compañía generadora
de energía eléctrica en el nordeste brasileño*

*Fabiana Ribeiro Monteiro***

*Odair Furtado****

Resumo

O objetivo geral deste estudo consistiu em compreender a atividade dos profissionais da saúde e segurança do trabalho numa empresa geradora de energia elétrica no nordeste brasileiro. A partir desta experiência, desenvolvemos uma linha de análise sobre como esta práxis laboral preventcionista ilustra a constituição da produção/manutenção do corpo-máquina na atualidade capitalista. Foi possível verificar entre os participantes da pesquisa, dentre outros aspectos,

* Pesquisa financiada pelo CNPQ.

** Mestre em Psicologia Social (UFPB), Professora Assistente Nível II da Universidade Federal do Piauí, Doutoranda em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: fabianamonteiro@ufpi.edu.br

*** Doutor em Psicologia Social (PUC-SP), Professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social no Departamento de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: odairfurtado@gmail.com

um imenso esforço para cumprir as exigências normativas da legislação, fato que se materializava na metodologia de trabalho adotada e recomendada por esses trabalhadores, como a execução de campanhas educativas, palestras, treinamentos, auditorias, cujo discurso pautava-se, de forma geral, no uso adequado do corpo para evitar doenças e acidentes ocupacionais. Campo de captura da subjetividade do capital, o corpo individual está associado às práticas mais concretas do cotidiano e ilustra que existe uma história de aproximação privada do eu, assim como há uma história da propriedade de produção.

Palavras-chaves: *saúde e segurança do trabalho; corpo; legislação.*

Abstract

This study aims to understand the activity of health and safety professionals in an electricity generator in the Brazilian northeast. From this experience, we developed a line of analysis about how this prevention labor practice illustrates the constitution of the production / maintenance of the body-machine in current capitalism. We observed in survey participants, a great effort to meet the legislation regulatory, a fact that materialized in the adopted methodology of work and was recommended by these workers, such as running educational campaigns, lectures, training, audits, whose discourse, in general, centered on using the body to prevent occupational diseases and accidents. The individual body is a field that captures the subjectivity and is linked to the more practical everyday life and illustrates that there is a history of private approximation of the self, just as there is a history of ownership of production.

Key-words: *health and safety; body; legislation.*

Resumen

El objetivo general de este estudio consistió en comprender la actividad de los profesionales de salud y seguridad del trabajo de una empresa generadora de energía eléctrica en el nordeste brasileño. A partir de esta experiencia, desarrollamos una línea de análisis sobre como esta praxis laboral preventiva ilustra la constitución de la producción/manutención del cuerpo-maquina en la actualidad capitalista. Fue posible verificar entre los participantes de la investigación, entre otros aspectos, un grande esfuerzo para cumplir las exigencias normativas de la legislación, hecho que se concretizaba en la metodología de trabajo adoptada y recomendada por esos trabajadores, como la ejecución de campañas educativas, charlas, entrenamientos, auditorias, cuyo discurso consistía, de forma general, en el uso adecuado del cuerpo para evitar enfermedades y accidentes ocupacionales. Campo de captura de la subjetividad del capital, el cuerpo individual está asociado a las practicas más concretas de lo cotidiano e ilustra que existe una historia de aproximación privada del yo, así como hay una historia de la propiedad de producción.

Palabras clave: *salud y seguridad del trabajo; cuerpo; legislación*

INTRODUÇÃO

A temática da Saúde e Segurança no Trabalho (SST) tem sido objeto de atenção em diferentes momentos históricos, embora com ênfases variadas. Subjacente a esta preocupação, se encontra a intenção de transformar a realidade dos trabalhadores e, por extensão, da população em geral, a partir da compreensão de processos de trabalho particulares, de forma articulada ao consumo de bens e serviços e ao conjunto de valores de uma sociedade (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997). A constituição do campo da SST levou, por sua vez, a formação de um meio profissional voltado a essa questão, com atuação em várias frentes. Especialistas como médicos do trabalho, engenheiros e técnicos de segurança, enfermeiros e auxiliares de enfermagem do trabalho, psicólogos do trabalho, assistentes sociais, dentre outros, além dos trabalhadores organizados em Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), têm a gestão da SST como seu objeto de atuação profissional, com responsabilidades na elaboração e implementação da legislação vigente em organizações empresariais e de serviços.

Na legislação brasileira, a questão da Saúde e Segurança do Trabalho expressou-se na regulamentação do Capítulo V da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), principalmente no que se refere à obrigatoriedade de equipes técnicas multidisciplinares nos locais de trabalho. De acordo com Lacaz (1997), foram criados os Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), atendendo à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo como papel fundamental monitorar as atividades referentes à Saúde Ocupacional nas empresas. O número e a composição dos SESMTs variam de acordo com o grau de risco e o número de empregados da empresa, conforme está previsto na Norma Regulamentadora de nº 4 (NR-4), cuja redação foi dada pela Portaria nº 33 de 27 de outubro de 1983. A ausência de programas definidos de Saúde Ocupacional pode gerar para uma empresa responsabilidades civil, criminal, trabalhista, além da aplicação de multas pela fiscalização do MTE.

De acordo com os dados estatísticos do Programa de Saúde e Segurança da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dois milhões de

trabalhadores morrem a cada ano de doenças ocupacionais e acidentes ocorridos no ambiente de trabalho. O custo dos acidentes e doenças ocupacionais corresponde a cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo. No Brasil, de acordo com Prata, Leão, Centurion e Silva (2009), o ranking é altíssimo e, fez com que o país recebesse, entre 1970 a 2002, o título de campeão mundial em vítimas de acidentes e doenças do trabalho. Os mesmos autores ressaltam ainda que, muitas dessas ocorrências não são registradas devidamente, além dos casos de empresas com problemas de indenização e seguros que sonegam dados das notificações dos acidentes laborais.

Apesar de tal relevância nos ambientes organizacionais, pouco se conhece a respeito da atividade e dos trabalhadores envolvidos na gestão da SST. Os escassos estudos nesta temática (Brun, & Loïselle, 2001; Garrigou et al., 1999; Monteiro & Araújo, 2009; Peeters et al., 2003) descrevem a complexidade da atividade desta equipe multiprofissional e sinalizam para um conjunto de demandas que pode gerar múltiplos efeitos tanto na saúde desses profissionais quanto no trabalho de prevenção de que são oficialmente os responsáveis.

No tocante a relação saúde-trabalho é possível elencar algumas peculiaridades desta práxis laboral: característica de urgência na resolução de problemas, divisão sexual dos cargos e tarefas, dificuldade de trabalhar de maneira interdisciplinar, sobrecarga de trabalho para os técnicos de segurança e enfermeiras do trabalho, e, sobretudo, um imenso esforço para cumprir as exigências normativas da legislação, dado este considerado a principal fonte de sofrimento no trabalho entre os profissionais da SST.

As normas são reformuladas tendo por base um comportamento ideal, a ser apresentado em condições previstas. Estas são exigidas e fiscalizadas periodicamente pelos Programa de Controle Médico de Saúde ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA) através das chamadas “ações de prevenção” que possuem como metodologia de trabalho execução de campanhas educativas, palestras, treinamentos, auditorias, cujo discurso pauta-se, de forma geral, no *uso adequado do corpo* para evitar doenças e acidentes ocupacionais (Monteiro, 2007). Todavia, tal procedimento muitas vezes não obtém êxito, pois os

demais trabalhadores continuavam a se acidentar e adoecer, além de demonstrarem atitudes de resistência e/ou dificuldade na manutenção das orientações dadas pelos profissionais do SESMT.

Muito embora as questões ligadas a saúde-trabalho dificilmente possam ser examinadas sem a consideração das relações de poder subjacente, traduzindo o componente ideológico e político de sua organização social, é possível verificar que a mesma configuração de ideologias se sujeita a interpretação filosófica da natureza do conhecimento. Sob este aspecto, Spink (2007) sinaliza que as práticas sociais de prevenção na organização dos serviços e a crescente medicalização da sociedade tendem a fazer circular múltiplas versões de cuidado que situam, os sujeitos em posições potencialmente conflitantes: como cidadãos de direitos, como consumidores ou, ainda, como seres racionais, informados e aptos a fazer opções.

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo consistiu em compreender a atividade dos profissionais da saúde e segurança do trabalho em uma empresa geradora de energia elétrica no nordeste brasileiro, ao passo que, concomitantemente, apresentamos uma breve discussão sobre como sua práxis laboral prevencionista auxilia na constituição da produção/manutenção do corpo-ferramenta, tessitura esta muito cara a subjetividade capitalista.

CORPO E TRABALHO: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DE UMA RELAÇÃO FRAGMENTADA

Hertz (1980) lançou duas ideias fundamentais, vocacionadas a orientar uma boa parte dos estudos posteriores da antropologia do corpo. Primeiro a de que o corpo humano é por excelência uma expressão simbólica da própria sociedade, de cada sociedade. Depois, a de que qualquer sociedade se faz fazendo os corpos daqueles em que ela se materializa. Entre as ciências humanas da Modernidade, o corpo humano é socialmente concebido, cumpre uma função ideológica, e ao analisarmos sua representação social é possível se aproximar de numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade particular.

Sob este aspecto, Rodrigues (2008) mostra que foi na transição do corpo coletivo para o corpo individual (era capitalista) que se fomentou a representação moderna da sociedade ocidental. Na cultura popular medieval o indivíduo se diluía no corpo social, no cósmico e no universal. O contexto corporal era público, a sensibilidade corporal se dava a partir de toques espontâneos, gestos destemidos, corpo expressivo, indisciplinado, transbordante, promíscuo. O corpo-ferramenta da era capitalista foi definido pelos músculos, força, resistência, disciplina e rentabilidade.

Muito caro a política de subjetivação do sistema capitalista, o corpo-ferramenta (também chamado de corpo-máquina) foi sendo naturalizado entre diversas práticas sociais, dentre elas as ações de prevenção em saúde e segurança do trabalho. O filósofo francês Michel Foucault (2008) explica que foi o capitalismo (fins do século XVIII e início do XIX) que socializou um primeiro objeto, o corpo, enquanto força de produção, força de trabalho.

De acordo com Mendes (2006), a noção de corpo para Foucault é fator central para explicar a expansão e a determinação de relações poder-saber nas sociedades modernas. O corpo deveria cumprir seu papel. Para tanto, está atrelado a formas de atuação, a mecanismos de controle, a formas “econômicas” de usá-lo e pensá-lo. Afinal, há uma complexidade de rituais a ser seguida, uma eficiência a cumprir. “O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (Foucault, 1997, p. 28). Economias e tecnologias políticas de corpos fazem-se essenciais, centrais para os “corpos dóceis” enquadrados e, ao mesmo tempo, produtivos. Assim, a sujeição “pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror e, no entanto, continua a ser de ordem física” (Foucault, 1997, p. 28). Essa matéria física, o corpo, não é inerte, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares e de biopolítica.

Neste direcionamento, Alves (2007) sinaliza que, na contemporaneidade, corpo se torna campo de luta da “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. É um elemento da nova disposição sócio-subjetiva instaurada pelo toyotismo e que caracteriza o novo modo de articulação corpo-mente, tanto no processo de trabalho, quanto no processo sócio-reprodutivo.

De outra maneira, a utilidade de um corpo-máquina se efetua na economia capitalista quando o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhe são estranhas. O ocultamento das condições que produzem a mais-valia (desconhecimento do valor da força de trabalho depositada em um produto) é oculta para o trabalhador para que não possa ser significada. Lukács (2003) parte exatamente da análise feita por Marx sobre a essência da mercadoria para fazer derivar aspectos psicossociais e subjetivos ligados às características da produção capitalista. Furtado e Svartman (2009) discutem alguns desses fenômenos psicossociais produzidos, entre eles destacam: o impacto da redução de todos os aspectos concretos da atividade produtividade e lucro, a auto-objetivação imposta ao trabalhador (tomar-se a si mesmo como instrumento da produção), a fragmentação contínua da atividade além do desenvolvimento de uma atitude contemplativa frente às máquinas e objetos de trabalho.

Scarry (1985) já havia ressaltado que Marx, em toda sua obra, assume que o mundo feito é o corpo do ser humano e que, tendo *projetado* o corpo ao fazer o mundo, homens e mulheres são descorporificados, espiritualizados. A expressão do campo moral, ideológico, jurídico, entre outros, passa a compor o repertório da consciência fragmentada (dicotomia mente-corpo), o que poderia produzir o necessário conformismo que garante a forma de dominação dos trabalhadores em geral.

Por outro lado, segundo Harvey (2004), o capital molda os corpos de acordo com seus próprios requisitos, ao mesmo tempo em que os corpos internalizam em seu modo de agir desejos corporais, vontades, necessidades e relações sociais estabelecidas pelo meio social em que estão inseridos (por vezes expressos abertamente como lutas coletivas fundadas na classe, comunidade ou identidade) por parte do trabalhador.

Memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser (re) fabricado ao longo do tempo. De acordo com Sant'Anna (2005), o corpo está submetido à gestão social tanto quanto ele a constitui e a ultrapassa. No tocante as problematizações das ações de prevenção em SST, buscamos neste estudo verificar a produção de uma subjetividade

capitalística que reproduz/afirma os valores simbólicos com os quais a vida social ganha sentido e que produz efeitos nas condições de vida e saúde da população trabalhadora.

PERCURSO METODOLÓGICO

Participaram desta pesquisa dezoito profissionais da SST (entre eles seis técnicos de segurança, cinco engenheiros de segurança, três enfermeiras do trabalho, um médico do trabalho e três técnicas de enfermagem do trabalho). Após negociação com semi-estatal nordestina geradora de energia elétrica em Recife (PE) e dialogados os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, realizamos entrevistas semi-estruturadas individuais no local e horários de trabalho. O roteiro destas tinham questões acerca da trajetória profissional, atividade, política da SST da empresa, métodos de análise de acidentes, ações de prevenção, relação sofrimento e prazer no trabalho, dinâmica do reconhecimento, organização e condições laborais. Na investigação da atividade, utilizamos dois métodos indiretos de análise. No primeiro deles, inspirado na Análise Coletiva do Trabalho (Ferreira, 1993) procuramos explorar as definições dos participantes da pesquisa a respeito de um dia habitual e de um dia intenso de trabalho. No segundo, usamos a técnica “Instruções ao Sósia” (Oddone, Re, & Briante, 1981) que consiste na verificação do “plano-programa” que serve de guia a cada trabalhador na execução de suas tarefas. Foi na tentativa de ultrapassar os limites do óbvio, que Oddone, Re e Briante (1981) concebeu um método que consiste em solicitar a cada sujeito que dê instruções a um eu-auxiliar, a um sósia. Embora fosse nossa intenção, não conseguimos realizar observações sistemáticas do trabalho dos profissionais da SST. Essa impossibilidade decorreu das suas constantes viagens, reuniões e atividades extras. Os dados obtidos foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, proposta por Minayo (2004) e Gonzalez-Rey (2001).

PREVENÇÃO PARA QUÊ? PARA QUEM?

Os participantes deste estudo estavam alocados em setores distintos: os médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem do trabalho, psicólogos e assistentes sociais na Divisão de Saúde e Bem-Estar do Trabalho e os engenheiros e técnicos de segurança na Divisão de Segurança do Trabalho, um fato bem peculiar já que pela legislação esse grupo de atores sociais deveriam atuar de forma interdisciplinar. Havia apenas dois eventos ao ano em que eles cooperavam entre si que eram na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) e no preenchimento dos relatórios dos programas de fiscalização/auditoria previstos e exigidos por lei. Em relação aos incidentes e acidentes de trabalho, esta equipe profissional somente atuava em conjunto quando estes eram considerados muito graves ou fatais, reforçando assim a perspectiva corretiva de prevenção em que atuavam.

De acordo com Machado, Porto e Freitas (2000), o problema da fragmentação não reside tanto no fato de existirem especialidades diferentes, pois são indispensáveis ao avanço do conhecimento científico, mas sim em razão dessas disciplinas ignorarem os fenômenos externos aos seus paradigmas, impedindo-os de se comunicarem mais intensamente. Tais tensões, no caso dos acidentes, podem ser particularmente críticas, pois conduzem a uma fragmentação disciplinar e profissional dos corpos (ciências biomédicas), das mentes afetadas (ciências “psi”), do ambiente interno às fábricas (engenharias e demais profissões ligadas a questão) e do ambiente externo, que desperdiçam esforços no enfrentamento da questão.

Contudo, algo foi considerado unânime e vivido diariamente por todos os participantes da presente pesquisa: a desvalorização de sua atuação profissional. Abaixo, seguem alguns pontos de análise de sua dinâmica laboral:

*“...Lá vem aqueles caras atrapalhar agente’, ‘lá vem aqueles caras para atrapalhar o serviço’, ela não vê como quem tá ajudando para que ele não se acidente, **ele vê como uma interferência no processo da manutenção, operação, qualquer que seja (...)** eu acho que **o principal empecilho é a cultura das pessoas**, porque a gente às vezes é tratado com muito desdém....”* (Técnica de segurança do trabalho)

“porque eu acho que é um problema cultural é, então isso aí dificulta um pouco, **‘mas eu sempre fiz isso assim’**, esse processo, aí quer continuar fazendo, então você tem que ir minando isso aí, **conscientizar o funcionário que tem outra maneira de fazer aquilo ali**, e mais seguro também (...)” (Engenheiro de segurança)

De acordo com Dwyer (2000), tal perspectiva técnica fortalece o poder dos profissionais em SST, na medida em que o trabalhador que vive o risco cotidianamente não é considerado um “homem bem informado”, pelo contrário, ele é tratado como se tivesse cedido o controle de seu destino aos especialistas. A execução inadequada dessas informações pode lhe atribuir a denominação de *falha humana* no caso de qualquer deslize do sistema organizacional.

Machado, Porto e Freitas (2000) enfatizam que essa forma restrita de tratar os riscos ocupacionais articula-se com um controle gerencial da força de trabalho, por meio de uma política de saúde e segurança no trabalho com forte componente simbólico e marcada por práticas de comunicação e decisão não participativas.

Uma prevenção calcada na excessiva valorização do prescrito, da normatização, tem a tendência a desconsiderar o contexto organizacional em que a mesma se desenvolve. Uma organização que não aprofunda suas análises, que não está atenta aos incidentes, barrando a sua evolução e impedindo que se transformem em acidentes, traduz o que Machado (1991) denomina de “gerenciamento artificial de risco”, por meio do qual, busca-se construir uma imagem de que há um efetivo controle e prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, com ênfase na redução das estatísticas oficiais quanto a frequência e gravidade.

Além disso, a ideia contemporânea do erro humano postula que o mesmo se desenvolve como um sintoma de problemas profundos do sistema, o que requer a compreensão de como as avaliações e ações das pessoas fazem sentido nas circunstâncias em que ocorreram (Ribeiro, 2003). Por isso, os riscos nos locais de trabalho não são um problema meramente técnico e/ou científico, mas de implicações éticas e políticas, que refletem as relações de poder na sociedade e nas empresas.

*“O relatório de investigação e análise de acidentes de trabalho, a gente faz, a gente toma as medidas, pra corrigir, **ou um funcionário está com um problema psicológico, ou é falta de treinamento**, alguma coisa houve pra o acidente ocorrer, **ou foi alguma imprudência, ou foi um ato inseguro do funcionário**, a gente tem que pesquisar um motivo...”* (Engenheiro de segurança).

*“Fazemos todo o acompanhamento dos exames periódicos exigidos pela lei, orientamos constantemente para o uso correto dos equipamentos de proteção individual, para o controle das taxas de colesterol, a fim de evitar as doenças e acidentes ocupacionais. **Se o funcionário seguir tudo direitinho, ele fica bem né (...)**”* (Médico do trabalho).

A prevenção, nesse caso, é tecnicista, já está prevista, restringe-se a adequação a norma. A ênfase na identificação das falhas (no percurso, no equipamento, no pessoal) reflete a concepção do ato inseguro e da condição insegura, dominante entre os profissionais da SST. Tal concepção é responsável pela culpabilização dos trabalhadores pelos acidentes e doenças ocupacionais, pois enaltece as falhas humanas e a imprudência do trabalhador. Daí a ideia recorrente de que os trabalhadores precisavam de *vigilância* para não correr o risco de quebrar as regras, configurando assim, numa *repetição* de temáticas nos treinamentos e fiscalizações, que vão desde a orientação de uma alimentação saudável, realização frequente de exames periódicos ao uso correto dos equipamentos de proteção individual.

*“Olhe, é, **porque a gente hoje tá só apagando fogo**, só apagando fogo, é essa a rotina que eu lhe disse, entendeu, **mas preventivamente a gente não tem nenhuma ação educativa na empresa** que você esteja sempre alertando os empregados, que não deve fazer dessa forma.”* (Técnica de enfermagem)

Toda essa dinâmica intersubjetiva laboral traz consigo a tensão do gerenciamento dos riscos aliado a uma pedagogia dos corpos. Desta maneira, salta aos olhos o investimento no uso adequado do corpo – nele se cristalizam as crenças, as representações e os sentidos do trabalho e, por conseguinte, das ações de prevenção entre os profissionais da SST. Assim se confunde normalidade com saúde e segurança – normalidade/padrão, ou seja, ser saudável é adequar-se a norma, efetivar os procedimentos

recomendados, relação causa-efeito. O conhecimento técnico fica engessado em suas diretrizes originais, universais, precisas e ideais, em detrimento ao trabalho real, aos saberes da prática, aos corpos dos trabalhadores em movimento; estes necessitam de treinamento, capacitação, enquadramento, a fim de assegurar uma “estabilidade” e produção organizacional.

Lieber (2008) ressalta que, o uso da ciência, com sua capacidade de formular prognósticos, trouxe relevo especial ao conceito de prevenção, cujo entendimento denota tomar-se dianteira do fenômeno em curso. Nesta lógica, do mesmo jeito que não existe “efeito” sem “causa”, também não se procede ao um pleito de melhorias sem uma justificativa causal. Ainda de acordo com este autor, a positividade da “ciência baseada em evidências” poderia estar impedindo a aceitação de novos conceitos de prevenção na própria ciência bem como na formulação de políticas públicas para o trabalho.

O ESSENCIAL INVISÍVEL DAS PRÁTICAS DE PREVENÇÃO NA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A cisão mente e corpo permeia a problematização da relação corpo e trabalho. O corpo individual está associado às práticas mais concretas do cotidiano e ilustra que existe uma história de aproximação privada do eu, assim como há uma história da propriedade de produção. Rodrigues (2008) aponta que a capacidade de compreender os modos de subjetivação humanos só é factível com base na consideração dos processos corporais como fenômenos sociais. A concreticidade de uma sociedade residirá nos seus corpos, no âmbito das relações sociais que atribuem sentido a cada parte do corpo, na compreensão do uso de sua sensorialidade.

A condição corporal capitalista transformou o corpo numa propriedade privada, um bem de produção do qual o burguês antes de qualquer coisa, deveria tornar-se proprietário exclusivo. Neste sentido, segundo Herold (2008), quando Marx trata da terra ou de qualquer artefato tecnológico, ele os define como um prolongamento do corpo do trabalhador.

Assim sendo, o burguês ao se tornar o proprietário das ferramentas, ou seja, do corpo do trabalhador, contribui para o processo da fragmentação que é produzido pelo fenômeno do fetiche da mercadoria.

O fetiche da mercadoria é o caráter fantasmagórico adquirido pelo produto quando se separa a sua base produtiva da força de trabalho que o produz (Furtado & Svartman, 2009). O produto se transforma em objeto de consumo e perde a sua condição de objeto de produção. Fragmentar a linha de produção é estratégia produtiva que faz sentido para o trabalhador porque o critério que lhe é imposto é o da venda de sua força de trabalho e o valor dessa força. Assim, constituiu-se o paradigma da subjetividade capitalista: criar a ilusão de que o ser humano é livre para alugar sua força de trabalho, é dono do seu próprio destino, do seu próprio corpo.

Tal premissa está diretamente relacionada, na saúde e segurança do trabalho, de acordo com Garrigou *et al* (1999), com o modelo de homem, risco e saúde ocupacional que as empresas geralmente definem a partir de um projeto tecnológico pautado num paradigma de racionalidade técnica nas ações de prevenção. O enfoque da atividade humana se reduz a sua dimensão física ou fisiológica do corpo, separando os aspectos cognitivos (mentais) da dimensão sócio-cultural (organizacional) de quem realiza o trabalho. Este pressuposto fiscalista (ou naturalista) oferece uma descrição positiva do comportamento; de uma subordinação do mesmo a postulação de leis. No sentido de leis da natureza, leis fisiológicas e leis psicológicas cujos fundamentos foram estabelecidos pelo método experimental.

De acordo com Dejours (2005) adotar essa posição teórica de modo rigoroso implica sustentar tudo aquilo que nas condutas humanas afasta-se da racionalidade instrumental pelas condutas irracionais (aquilo que não dá conta das pressões provocadas pelo afastamento desses comportamentos na análise), de maneira que estes componentes “irracionais” do comportamento fazem seu retorno na situação de trabalho e é necessário dominá-los ou domesticá-los, quer dizer, “[...] dominá-los é submetê-los ao controle, à disciplina, à sanção; domesticá-los é tentar fazê-los passar pelo primado da racionalidade instrumental por intermédio da formação” (Dejours, 2005, p.31).

Sob esse aspecto, foi possível verificar na atividade dos participantes um investimento na normatização bem como uma mecanização de conhecimentos idealizados, fatos estes que repercutiam na própria saúde deles devido a cobrança geral em torno da vigilância dos procedimentos de risco da referida empresa. Todavia, isto somente era reconhecido por alguns deles como nocivo quando lidavam com os próprios adoecimento e sofrimento emocional, muito embora não houve nenhum discurso no curso da presente pesquisa que tenha ilustrado claramente essa relação.

As contradições sociais passaram a ser experimentadas como riscos pessoais, enquanto riscos gerados pelo processo de modernização foram privatizados e distribuídos desigualmente. Assim também aconteceu com os riscos de saúde. A ideia de responsabilidade individual pela própria saúde parece ter adquirido, em nossa época, uma espécie de credibilidade absoluta que condena todos à prevenção dos riscos de adoecimento por meio do estilo de vida e trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não estamos assegurados de um corpo sem falhas, promessa de um ideal glorioso que encontraríamos no céu. O real do corpo não cessa de se inscrever, em torno do qual esperamos poder agarrar ao menos uma farpa, suspendendo por um instante o horror do corpo esfacelado. O mal-estar nos corpos, estes atravessados pela norma do discurso da ciência moderna de eliminação das dores e realização de um viver-trabalhar sem falhas, irrompe no fracasso desses ideais.

Um diálogo entre a permeabilidade do técnico e do não técnico, entre a prescrição do profissional perito e o trabalho real do sujeito (experiência de si), poderia fazer dialogar à normatividade morfofuncional das tecnociências com uma normatividade de outra ordem, oriunda do mundo da vida, poderia trazer outra significação de responsabilidade e identidade entre os profissionais em SST e os trabalhadores e trabalhadores no contexto organizacional em que estão inseridos.

Desta maneira, conforme sinaliza Martins (1999), abordar o corpo tendo como anteparo o mundo do trabalho, e ao mesmo tempo, enxergar o

mundo pela corporeidade, nos trará a história cosmológica dos corpos dos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, dos cuidados rituais com o corpo carnal que são, na verdade, cuidados rituais com o corpo simbólico, que revelam a realidade dupla e dialética de uma dada sociedade, a história pela qual passam os sujeitos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- Alves, G. (2007). *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* (2a ed.). Londrina, PR: Praxis.
- Brun, J.-P., & Loisele, C. D. (2001). Le métier de préventionniste: contexte de travail et profil d'activités. *Relations Industrielles*, 56(1), 141-164. doi: 10.7202/000144ar
- Dwyer, T. (2000). A Produção Social do Erro - O Caso dos Acidentes Ampliados. In C. M. Freitas, M. F. S. Porto, & J. M. H. Machado (Orgs.), *Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e a prevenção* (pp.124-158). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.
- Dejours, C. (2005). *O fator humano* (M. I. S. Betiol, & M. J. Tonelli, Trad.) (5a ed.). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Ferreira, L. L. (1993). Análise Coletiva do Trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 21(78), 7-20.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)* (E. Brandão, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Furtado, O., & Svartman, B. (2009). Trabalho e alienação In A. M. M. B. Bock, & M. G. M. Gonçalves (Orgs.), *Dimensões subjetivas da realidade: uma leitura sócio-histórica* (pp.73-115). São Paulo, SP: Cortez.
- Garrigou, A., Weill-Fassina, A., Brun, J.-P., Six, F., Chesnais, M., & Cru, D. (1999, junho). *As Atividades dos Profissionais de Segurança: uma problemática desconhecida*. Actes du congrès de l'Abergo, Salvador, BA, Brasil.

- Gonzalez-Rey, F. L. (2001). *Pesquisa qualitativa em psicologia caminhos e desafios*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo, SP: Loyola.
- Hertz, R. (1980). A preeminência da mão direita: estudo sobre a polaridade religiosa. *Religião e Sociedade*, 6, pp. 99-128.
- Herold, C., Jr. (2008). Os processos formativos da corporeidade e o marxismo: aproximações pela problemática do trabalho. *Revista Brasileira de Educação*, 13(37), 98-111.
- Lacaz, F. A. de C. (1997). Saúde dos Trabalhadores: cenário e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, 13 (Suppl. 2), S07-S19. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600002>
- Luckács, G. (2003). *História e consciência de classe*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Lieber, R. R. (2008). O princípio da precaução e a saúde no trabalho. *Revista Saúde e Sociedade*, 17(4), 124-134.
- Machado, J. M. H. (1991). *Violência no trabalho e na cidade: Epidemiologia da mortalidade por acidente de trabalho registrada no município do Rio de Janeiro entre 1987 e 1998* (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Machado, J. M. H., Porto, M. F. S., & Freitas, C. M. (2000). Acidentes industriais ampliados. In J. M. H. Machado, M. F. S. Porto, & C. M. Freitas (Orgs.), *Perspectivas para Análise Interdisciplinar e Participativa de Acidentes (AIPA) no Contexto da Indústria de Processo* (pp. 49-81). Rio de Janeiro, RJ: FioCruz.
- Martins, J. de S. (1999). A dialética do corpo no imaginário popular. *Sexta-feira, antropologia, artes, humanidades*, 4, 46-54.
- Mendes, C. L. (2006). O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. *Revista de Ciências Humanas*, 39, 167-181. Recuperado de: http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch39/RCH39_artigo_9.pdf
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (8a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

- Minayo-Gomez, C., & Thedim-Costa, S. M. F. (1997). A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, RJ, 13(Supl. 2), 21-32.
- Monteiro, F. R. (2007). *A atividade dos profissionais em saúde e segurança do trabalho no contexto de uma empresa nordestina geradora de energia elétrica* (Dissertação de mestrado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Monteiro, F. R., & Araújo, A. J. S. (2009). Os dilemas da prevenção na atividade dos profissionais de saúde e segurança de uma empresa de energia elétrica. In M. Y. Neves, A. J. da S. Araújo, S. B. Vieira, & M. F. P. Alberto (Orgs., *Subjetividade e Trabalho: “a vida não é só isso que se vê”*) (pp. 253-271). João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB.
- Oddone, I., Re, A. & Briante, G. (1981). Redécouvrez l'expérience: par une autre psychologie du travail. In I. Oddone, A. Re, & G. Briante, G., *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail* (pp. 55-62). Paris, FRA: Éditions Sociales.
- Peeters, S., Duarte, F. J. C. M., Garrigou, A., Peissel-Cottenaz, G., Chabut, F., & Lelles, S. (2003, outubro). Segurança do Trabalho: que trabalho é esse? In *Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Ouro Preto, MG, Brasil, 23.
- Prata, M. R., Jr., Leão, A. L. D. C., Centurion, W. C., & Silva, D. E. P. (2009, julho). *Saúde e segurança ocupacional: o caso de uma instituição pública de Sergipe*. *Anais do Congresso Nacional de Excelência e Gestão*. Niterói, RJ, Brasil, 5.
- Ribeiro, R. J. (2003). Novas fronteiras entre a natureza e a cultura. In: A. Novaes (Org.), *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo, SP: Cia. das Letras.
- Rodrigues, J. C. (2008). *O Corpo na História* (2a ed.) Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Sant'anna, D. B. (2005) *Políticas do corpo* (2a ed.). São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Scarry, E. (1985). *The body in pain. The making and unmaking of the world*. New York, USA: Oxford University Press.

Spink, M. J. (2007). A saúde na encruzilhada entre biopolítica e bioeconomia: reflexões sobre os paradoxos da “era dos direitos” na globalização hegemônica. In M. A. T. R. Ribeiro, J. S. Bernardes, & C. E. Lang (Orgs.), *A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia* (pp. 55-74). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.